

LUIZ GUILHERME MARINONI
CRISTINA BICHELS LEITÃO
Coordenação

ARBITRAGEM E DIREITO PROCESSUAL

CARLO FRANCESCO MARINONI ABDO
Organizador

Os rumos da
arbitragem no
Brasil e
no mundo

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraidi

Estagiárias: Ana Amália Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adei Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arbitragem e direito processual / coordenação Luiz Guilherme Marinoni, Cristina Bichels Leitão. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-904-8

1. Arbitragem (Direito) 2. Arbitragem (Direito) - Brasil I. Marinoni, Luiz Guilherme. II. Leitão, Cristina Bichels.

21-68889

CDU-347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem : Direito processual 347.918
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

PARTE I

ARGUMENTOS PARA A DELIMITAÇÃO DA ARBITRAGEM

1. LOS SISTEMAS ARBITRALES	25
JORGE A. ROJAS	
1. Introduccion	25
2. Algunas distinciones	26
3. Los sistemas arbitrales	30
4. A modo de conclusiones	35
2. ALTERNATIVAS À RESOLUÇÃO DE DISPUTAS. MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR À ARBITRAGEM E SUAS POSSIBILIDADES ON-LINE	37
VALÉRIA DE SOUSA PINTO	
1. Introdução	37
2. Mediação – uma onda crescente na resolução de conflitos	40
3. Mediação e Arbitragem – duas faces que podem pertencer a um mesmo processo	42
4. Mediação Internacional – disputas comerciais e a Convenção de Singapura ...	46
5. ODR – Resolução de Disputas Online	47
6. Conclusão	49

PARTE II

TEORIA DA DECISÃO ARBITRAL

3. A DECISÃO ARBITRAL: ACTO VOLUNTÁRIO, NEGÓCIO JURÍDICO OU A NECESSIDADE DE UMA OUTRA LINGUAGEM?	53
PAULA COSTA E SILVA	

PARTE III

ARBITRABILIDADE E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

4. A NOÇÃO DE ARBITRABILIDADE: A POSIÇÃO DO STJ E A INCONVENIÊNCIA DA SUA ADOÇÃO NO BRASIL	69
BRUNO GUANDALINI	
1. A noção de arbitrabilidade: distinções importantes e necessárias	70

A.	Arbitrabilidade em sentido “amplo” e em sentido “estrito”	70
B.	Arbitrabilidade objetiva e subjetiva	72
II.	A imprecisão do STJ e o perigo decorrente	76
A.	A imprecisão terminológica do STJ	76
B.	Os inconvenientes e perigo da decisão	80
5.	A INEFICÁCIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.894.715/MS	83
	RODRIGO ARAUJO GABARDO	
	A decisão	83
	A análise	85
	Aspectos fundamentais da convenção de arbitragem	86
	A conduta de Serviço de Navegação da Bacia do Prata S/A não foi contraditória ou imprópria	93
6.	TERCEIROS NA ARBITRAGEM: UM ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	99
	IGOR SCHUTESKY E GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS	
1.	Introdução	99
2.	Autonomia da vontade das partes e o consentimento para arbitrar	101
2.1.	Consentimento expresso: quadro normativo e doutrinário	102
2.2.	Consentimento expresso: análise jurisprudencial	103
2.3.	Consentimento tácito: quadro normativo e doutrinário	107
2.4.	Consentimento tácito: análise jurisprudencial	109
3.	Conclusão	111
	Referências Bibliográficas	112

PARTE IV

O CUSTO DA ARBITRAGEM

7.	A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DA PARTE NA ARBITRAGEM: O ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DO FINANCIAMENTO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL POR TERCEIROS	117
	BRUNA DE OLIVEIRA CORDEIRO HANTHORNE	
	Introdução	117
1.	A releitura do acesso à justiça em uma dimensão social: a escolha pela Arbitragem	119
2.	A hipossuficiência econômica da parte para a instauração do procedimento arbitral: preservação do procedimento privado ou violação ao direito fundamental de acesso à justiça?	121
3.	O acesso à justiça na arbitragem por meio do financiamento por terceiros ...	128
3.1.	A adoção da <i>Third-party funding</i> para a preservação da convenção de arbitragem em caso de hipossuficiência econômica da parte	129

3.2. Outras opções de financiamento do procedimento arbitral por terceiros: Contrato de seguro e o financiamento por Escritórios de advocacia	133
4. Considerações finais.....	135
5. Referências bibliográficas	136
8. CUSTOS ARBITRAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA	139
FERNANDO SCHUMAK E SAYRA BEATRIZ HORNE ALVES	
Introdução	139
Dados referentes aos custos da arbitragem em perspectiva comparada	141
O custo da arbitragem no Brasil.....	143
Arbitragem e poder Judiciário no Brasil	144
Números referentes à arbitragem	145
Taxa de administração em reais	147
AAA – Relatório Anual	149
Alemanha – Berlim (DIS – Instituição Alemã de Arbitragem)	149
França – Paris CIMA – Centro de Mediação e Arbitragem Internacional	152
Referências	155

PARTE V

TEMAS RELEVANTES DE DIREITO PROCESSUAL ARBITRAL

9. A DELIMITAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR E DO PEDIDO NA ARBITRAGEM....	159
IVO DE PAULA MEDAGLIA	
I. Imperativos para a delimitação da causa de pedir e do pedido no processo judicial e na arbitragem	159
II. Critérios temporais para a delimitação da causa de pedir e do pedido na arbitragem	164
III. Referências bibliográficas	171
10. A URGÊNCIA E A ARBITRAGEM: ISOLAMENTO COOPERATIVO ENTRE JUÍZO ARBITRAL E JURISDIÇÃO ESTATAL	173
ROGÉRIA DOTTI	
1. A tutela de urgência e o direito fundamental de acesso à jurisdição	173
2. Tutela de urgência antes da constituição do tribunal arbitral	175
3. Tutela de urgência <i>versus</i> arbitragem de emergência	177
4. A modificação ou revogação pelo árbitro da medida urgente concedida pelo Poder Judiciário	179
5. Tutela de urgência no curso do processo arbitral e ausência do poder de <i>imperium</i>	182
6. O <i>isolamento cooperativo</i> na efetivação judicial das medidas urgentes concedidas pelo árbitro	185

12		ARBITRAGEM E DIREITO PROCESSUAL	
		7. O exame dos requisitos legais da Carta Arbitral e a recusa ao seu cumprimento	187
		8. Conclusões	188
		Referências Bibliográficas	189
11.		A EFICIÊNCIA DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE NO PROCEDIMENTO ARBITRAL	191
		RAFAEL HENRIQUE RESKE E VITOR HENRIQUE MALIKOSKI	
		1. Introdução	191
		2. Arbitragem	192
		2.1. Breve histórico da arbitragem	192
		2.2. Definição e princípios	194
		2.3. Convenção de arbitragem e procedimento arbitral	195
		3. A tutela provisória de urgência arbitral	197
		3.1. Generalidades da tutela provisória no Código de Processo Civil.....	197
		3.2. As tutelas “cautelares e de urgência” na Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem).....	200
		3.3. A controvertida tutela de urgência arbitral concedida pelo Poder Judiciário	202
		4. Análise da eficiência da tutela de urgência antecedente	206
		4.1. Análise econômica do direito	206
		4.2. Análise da eficiência da tutela provisória de urgência concedida em caráter antecedente no procedimento arbitral	209
		5. Considerações finais.....	212
		6. Referências	213
12.		A FUNÇÃO CRIATIVA DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL O DEVER DE REVELAÇÃO DO JUIZ.....	217
		CAROLINA UZEDA	
		1. Considerações preliminares	217
		2. Função criativa da boa-fé processual	222
		3. Dever de informação do juiz	228
		4. Dever de revelação do juiz	231
		5. Objeto da revelação: o que deve ser revelado?	235
		6. Sujeitos imparciais ocultos e dever de revelação	238
		7. Conclusão	240
		8. Referências	241
13.		FATOS, PROVAS E VERDADE: ANÁLISE QUANTO (IM)POSSIBILIDADE DE “VERDADE NEGOCIADA” NO PROCESSO JURISDICIONAL ESTATAL E NA ARBITRAGEM	245
		CLAYTON MARANHÃO E GUSTAVO DE MELO VICELLI	
		Introdução e pertinência temática	245

1. Convenções Processuais como meio de aproximação entre o Poder Judiciário e a Arbitragem.....	248
2. Crítica de Michele Taruffo à negociação da verdade	252
3. A busca da verdade no âmbito processual: análise crítica à teoria de Michele Taruffo.....	257
3.1. (In)aplicabilidade no âmbito jurisdicional estatal	257
3.2. Aplicabilidade no âmbito jurisdicional arbitral	260
3.3. Comentários quanto a possibilidade da negociação da verdade.....	262
Conclusão.....	266
Referências Bibliográficas.....	267
14. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O PROCEDIMENTO ARBITRAL	271
HELENA DE TOLEDO COELHO	
1. Introdução.....	271
2. Autonomia patrimonial e a desconsideração da personalidade jurídica.....	272
3. A processualística do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil brasileiro	275
4. A desconsideração da personalidade jurídica em processo arbitral.....	277
5. Conclusão	281
6. Referências.....	282
15. COISA JULGADA NA ARBITRAGEM NACIONAL	285
PAULA AYA AZEVEDO ARIMA	
I. Introdução.....	285
II. Silêncio da Lei de Arbitragem	286
III. Natureza jurídica da arbitragem	288
IV. Trânsito em julgado da sentença arbitral	289
V. Desconstituição da sentença arbitral	291
VI. Coisa julgada arbitral.....	294
VII. Limites objetivos e subjetivos.....	298
VIII. Conclusão	302
IX. Referências.....	302
PARTE VI	
ARBITRAGEM, PRECEDENTES E COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO	
16. A COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO DIANTE DA ARBITRAGEM	307
LUIZ GUILHERME MARINONI	
1. Coisa julgada sobre questão.....	307
1.1. Decisão de questão e coisa julgada no Código de Processo Civil de 2015.....	307

1.2.	Coisa julgada sobre questão como corolário da segurança jurídica	308
1.3.	Coisa julgada em favor de terceiro: do art. 472 do Código de 1973 ao art. 506 do Código de 2015	311
1.4.	A expansão da coisa julgada aos terceiros como consequência de a coisa julgada recair sobre questão	312
2.	Coisa julgada sobre questão e arbitragem	313
2.1.	A confusão entre precedente e coisa julgada sobre questão diante da arbitragem	313
2.2.	A coisa julgada entre os processos arbitral e judicial	315
2.3.	A eficácia da coisa julgada sobre questão na arbitragem	315
2.4.	A eficácia da coisa julgada arbitral sobre questão no Judiciário	317
2.5.	Poder do árbitro e do juiz de controlar a adequada discussão e a existência de decisão da questão	322
17.	O ÁRBITRO ESTÁ VINCULADO AOS PRECEDENTES?	325
	CRISTINA BICHELS LEITÃO	
1.	Introdução: controle da sentença arbitral, arbitragem de direito e precedentes	325
2.	Um pouco mais sobre a arbitragem de direito	328
3.	A arbitragem de direito é da lei literal?	329
4.	A natureza dos precedentes	332
5.	A divergência doutrinária quanto à vinculação do árbitro aos precedentes	334
6.	Está o árbitro vinculado aos precedentes?	337
7.	Consequências quanto à vinculação dos árbitros aos precedentes	338
8.	Limite da vinculação do árbitro	342
9.	Conclusões	343
10.	Referências	343
18.	ARBITRAGEM E PRECEDENTES	347
	GUILHERME RIZZO AMARAL	
1.	Introdução	347
2.	O que é precedente?	348
3.	Precedentes persuasivos e precedentes vinculantes. O precedente como fonte de direito	349
4.	A vinculação do árbitro aos precedentes	352
5.	Que precedentes vinculam o árbitro?	357
6.	Proposta de um <i>standard</i> para revisão de sentenças arbitrais pelo Judiciário: desconsideração consciente do precedente vinculante	358
7.	Mecanismos de controle da aderência da sentença arbitral aos precedentes vinculantes	360
7.1.	Ação anulatória	360

7.2. Impugnação ao cumprimento da sentença arbitral	363
7.3. Reclamação	364
8. Conclusão	366
9. Bibliografia	368
19. VINCULAÇÃO DO ÁRBITRO AO DIREITO: PRECEDENTE NÃO É MERA REGRA DE PROCEDIMENTO	371
WILLIAM SOARES PUGLIESE	
1. Introdução	371
2. Breve identificação do problema	372
3. O precedente integra o ordenamento jurídico: uma questão constitucional de igualdade e de segurança jurídica	374
4. O papel do precedente no ordenamento jurídico	380
5. Na arbitragem, a escolha do direito pressupõe a força de seus precedentes (notas de direito internacional)	382
6. Considerações finais	386
Referências	387

PARTE VII

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARBITRAGEM

20. A FISCALIZAÇÃO DAS CÂMARAS ARBITRAIS NO BRASIL: UMA PROPOSTA	393
ELTON VENTURI	
1. A expansão da arbitragem no Brasil e a falta de fiscalização pública sobre as Câmaras Arbitrais: independência, imparcialidade e <i>fair trial</i> em risco	393
2. As repercussões do <i>National Arbitration Forum (NAF) Scandal</i> no sistema arbitral dos EUA	396
3. A Diretiva nº 11/2013 do Parlamento Europeu sobre a regulação dos provedores de ADR's em matéria de consumo	399
4. Autorregulação ou fiscalização pública?	403
5. A possível atribuição da fiscalização das Câmaras Arbitrais ao Conselho Nacional de Justiça	408
6. Referências bibliográficas	411
21. O TCU PRÓ-ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE DO CASO LIBRA	413
EGON BOCKMANN MOREIRA E ELISA SCHMIDLIN CRUZ	
Introdução	413
1. O caso Libra: breve apresentação e histórico	414
2. Acórdão TCU 1.171/2018: a adequação da arbitragem para litígios envolvendo o Poder Público	420
3. Acórdão 1.563/2020: reconhecimento da coisa julgada da sentença arbitral e sua inviolabilidade	424
4. Considerações finais	426

22. O QUE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (NÃO) PODEM FAZER EM RELAÇÃO ÀS SENTENÇAS ARBITRAIS?	427
FLÁVIO AMARAL GARCIA E LUIZA BRUMATI	
1. Introdução.....	427
2. O que diz a lei?	431
3. O Tribunal de Contas da União não pode rever as decisões arbitrais: o acerto do Enunciado	435
4. Conclusão	440
23. “AÇÃO ANULATÓRIA” (DESCONSTITUTIVA) DE SENTENÇA ARBITRAL... ..	443
JOEL DIAS FIGUEIRA JÚNIOR	
1. O princípio <i>kompetenz-kompetenz</i> e a subsidiariedade do controle estatal da sentença arbitral.....	443
2. Conflitos de competência	450
3. Ações ou medidas inibitórias antiarbitragem.....	454
4. Ajuizamento e fundamentos da “ação anulatória”	457
5. Ação anulatória fundada em violação da “ordem pública”	463
6. Ação anulatória, litispendência, preclusão e coisa julgada.....	466
7. Ação anulatória de sentenças parciais.....	470
8. Efeitos da sentença proferida em “ação anulatória”	472
9. Sentença <i>citra petita</i> e seus efeitos.....	472
10. Da renúncia à ação anulatória e aos meios de impugnação	475
11. Conclusão	477
Referência bibliográfica.....	477
24. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ	481
LEONARDO MACIEL BENEDETE E ARTHUR TOMAZ DE OLIVEIRA	
1. Introdução.....	481
2. Metodologia: análise quantitativa e qualitativa da jurisprudência do TJPR....	485
3. Critérios para declarar a nulidade de sentença arbitral	486
3.1. Nulidade da convenção de arbitragem	487
3.2. “Aquele que não poderia ser árbitro”	488
3.3. Nulidade da sentença arbitral que não preencha os requisitos legais ...	489
3.4. Nulidade da sentença proferida fora dos limites da convenção de arbitragem	491
3.5. Nulidade da sentença proferida por prevaricação, concussão ou corrupção	493
3.6. Nulidade da sentença proferida fora do prazo.....	494
3.7. Nulidade da sentença que desprezitar princípios procedimentais...	494
3.8. Cerceamento de defesa: invalidade ou inexistência de citação.....	495
3.9. Pública.....	496
4. Aspectos procedimentais da nulidade de sentença arbitral	497

5. A jurisprudência do TJPR sobre a nulidade das sentenças arbitrais	498
6. Conclusões	504
7. Referências bibliográficas	505

VIII

TUTELA COLETIVA E ARBITRAGEM

25. ARBITRAGEM COLETIVA: POSSIBILIDADE JURÍDICA E DESAFIOS	509
CARLO MARINONI ABDO E JORDÃO VIOLIN	
I. Introdução	509
II. O grupo e a arbitrabilidade subjetiva	511
III. Arbitrabilidade objetiva	514
IV. O procedimento arbitral na seara coletiva	519
V. A experiência americana com as <i>class arbitrations</i>	521
Vi. Green Tree Financial Corporation vs. Lynn and Burt Bazzle	522
Vii. AT&T Mobility vs. Concepcion	524
Viii. Conclusões sobre a experiência americana	524
VI. Conclusões	525
26. NOTAS SOBRE A AUTOCOMPOSIÇÃO NO PROCESSO COLETIVO	527
SÉRGIO CRUZ ARENHART E GUSTAVO OSNA	
1. Premissas gerais	527
2. O incentivo do sistema processual brasileiro à solução consensual dos litígios	529
3. A autocomposição e a efetivação consensual de decisões	535
4. A (in)disponibilidade dos interesses metaindividuais e individuais de massa	540
4.1. A disponibilidade de interesses metaindividuais	540
4.2. O problema dos direitos individuais de massa	545
5. A representatividade adequada e o problema do “leilão reverso”	548
6. Os riscos da solução consensual	550
7. A força e a oponibilidade do acordo coletivo como requisitos para sua eficácia	555
Referências Bibliográficas	558

PARTE IX

A ARBITRAGEM DIANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

27. PARA ALÉM DA LEGALIDADE: A EFICIÊNCIA E A VANTAJOSIDADE DA ARBITRAGEM PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	563
ANA PAULA SABETZKI BOEING E VINÍCIUS KLEIN	
1. Introdução	563
2. A Legalidade da Arbitragem com a Administração Pública	564

3.	Desafios operacionais da Arbitragem com a Administração Pública	568
4.	Para além da legalidade da Arbitragem com a Administração Pública	575
5.	Conclusão	580
6.	Referências	581
28.	O CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR EQUIDADE NAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM TEMPOS DE COVID-19.....	585
	GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA E RAFAEL AUGUSTO SILVA DOMINGUES	
1.	O resgate de um tema: o julgamento <i>por equidade</i>	585
2.	O reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	587
3.	Velhas ou novas soluções?	589
4.	Qual justiça? Qual solução justa?	590
5.	A insuficiência da norma jurídica: as “ <i>situações excepcionais</i> ”	593
6.	A incompletude dos contratos administrativos e a inevitável equação: “ <i>segurança jurídica vs mutabilidade</i> ”	595
7.	A “ <i>procedimentalização</i> ”: um critério suficiente?	598
8.	O julgamento <i>por equidade</i> em tempos de Covid-19	601
9.	Conclusão	602
	Bibliografia	602
29.	ARBITRAGEM ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL: VISÃO GERAL E EVOLUÇÕES	605
	RICARDO PEDRO	
	Introdução	605
I.	Arbitragem administrativa	606
a)	Generalidades: evolução e previsão	606
b)	Recentes (de 2019) alterações ao CPTA	609
c)	Aspectos (ainda) críticos	610
d)	Alguns tópicos para discussão: <i>alteridade/adequação e voluntariedade/necessidade</i>	612
II.	Arbitragem no âmbito do CCP	615
a)	Em geral	615
b)	Arbitragem institucionalizada	616
c)	Arbitragem <i>ad hoc</i>	617
d)	Recurso da decisão arbitral	619
III.	Arbitragem administrativa urgente: “ <i>contencioso pré-contratual arbitral</i> ”	620
a)	Impugnação de atos administrativos relativos à formação dos contratos públicos	620
b)	“ <i>Contencioso pré-contratual arbitral</i> ”	621
c)	Recursos da decisão arbitral	622
IV.	Operacionalização da publicação das decisões arbitrais	624

30. A ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO ARBITRAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	631
FELIPE HENRIQUE BRAZ E DANIEL SIQUEIRA BORDA	
1. Introdução.....	631
2. Natureza jurídica da arbitragem	632
3. Forma de escolha da instituição arbitral para administrar o conflito entre a Administração Pública e o particular	634
3.1. As figuras da <i>dispensa</i> e da <i>inexigibilidade</i> de licitação para escolha da instituição arbitral.....	635
3.2. A inexistência de vínculo contratual entre as partes litigantes e o árbitro a afastar a incidência do dever de licitar (e a instituição arbitral?)	638
3.3. As atividades exercidas pelas instituições arbitrais com caráter decisório.....	641
3.3.1. Decisão sobre existência, validade ou eficácia da convenção de arbitragem	641
3.3.2. Decisão sobre a sede da arbitragem.....	644
3.3.3. Medidas de urgência	646
3.3.4. Decisão sobre impugnação e remoção de árbitro	647
3.4. Um aprofundamento sobre o real papel das instituições arbitrais	648
4. Conclusão	651
Referências bibliográficas.....	652
31. JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E ARBITRAGEM	655
INAÍÁ NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO	
1. Introdução.....	655
2. Arbitragem. Arbitrabilidade Subjetiva e Objetiva. Possibilidade do uso da arbitragem para resolução de conflitos tributários. Natureza jurídica do crédito tributário. Disponibilidade do Crédito Tributário. Indisponibilidade do interesse público que não se confunde com a disponibilidade da tutela jurisdicional estatal	657
3. Princípios constitucionais da tributação no Brasil e necessidade de tratamento isonômico entre os contribuintes que se encontram em situação equivalente.....	661
4. Isonomia tributária, poder jurisdicional e precedentes judiciais vinculantes....	663
5. Aplicação dos precedentes judiciais vinculantes à arbitragem. Inexistência de controle judicial do mérito das decisões arbitrais.....	668
6. Conclusão	671
32. DISPUTE BOARDS: MAIS UM IMPORTANTE MECANISMO PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	677
MARINA KUKIELA E EDSON FRANCISCO ROCHA NETO	
1. Aspectos introdutórios	677

2.	Os <i>dispute boards</i> como alternativa à morosidade e ineficiência judicial	679
2.1.	Casos internacionais emblemáticos.....	680
2.1.1.	Eisenhower Tunnel Colorado.....	680
2.1.2.	Canal do Panamá.....	680
2.2.	Experiência brasileira.....	681
3.	A viabilidade dos <i>dispute boards</i> em contratos com a Administração Pública...	682
3.1.	Requisito da disponibilidade.....	683
3.2.	Requisito da patrimonialidade.....	684
3.3.	Síntese parcial.....	685
4.	A iniciativa legislativa recente.....	686
5.	Breve conclusão.....	689
6.	Bibliografia.....	690

PARTE X

ARBITRAGEM INTERNACIONAL

33.	O USO DE <i>AMICI CURIAE</i> PELAS CORTES INTERNACIONAIS COMO FORMA DE AUMENTAR SUA LEGITIMIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO DO ICSID.....	695
	JOSÉ MARINHO SÉVES SANTOS	
I.	Introdução.....	695
II.	A crise de legitimidade do ICSID.....	696
III.	Legitimidade no espaço global.....	702
IV.	<i>Amicus curiae</i> nas cortes internacionais e no ICSID: uma ferramenta de ampliação de legitimidade?.....	705
V.	Conclusão.....	712
	Bibliografia.....	713
34.	INSOLVENCIA Y ARBITRAJE INTERNACIONAL: ¿MATRIMONIO O DIVORCIO?.....	715
	ÁLVARO PÉREZ RAGONE	
I.	Introducción.....	715
II.	Visión y misión del arbitraje y del concurso internacional.....	718
1.	Arbitraje internacional.....	718
a.	El arbitraje es para disputas entre dos partes.....	719
b.	Acuerdo por escrito.....	719
c.	Autonomía de las partes.....	719
d.	Participación del Estado en el proceso de arbitraje.....	719
e.	Arbitraje nacional.....	720
2.	Derecho concursal.....	720
a.	Procedimiento colectivo.....	721
b.	Participación del Estado.....	721
c.	Derecho internacional del concurso.....	722

3.	Interacción de la insolvencia y el arbitraje internacional	723
a.	Arbitraje pendiente cuando se inicia el proceso de insolvencia	723
(i)	Ley que regula el proceso concursal.....	723
(ii)	Continuación del arbitraje después del inicio del proceso de insolvencia	724
b.	Caso de insolvencia iniciado antes de la causa del arbitraje.....	725
c.	Rechazo de un contrato que contiene una cláusula de arbitraje....	725
4.	Arbitrabilidad de asuntos relacionados con casos de insolvencia....	727
a.	Derecho privado frente al derecho público.....	727
b.	Orden público.....	729
c.	Problemas de insolvencia no excluidos por el orden público	730
III.	El problema de la tensa relación entre el concurso y arbitraje.....	731
IV.	Los efectos específicos del concurso en el arbitraje.....	735
V.	Los efectos del concurso en la conducción del arbitraje.....	742
a.	Suspensión del arbitraje.....	742
b.	El contenido	743
c.	Los efectos en el acuerdo arbitral	744
VI.	Conclusión.....	746
	Bibliografía	746

PARTE XI ARBITRAGEM TEMÁTICA

35.	ARBITRAGEM E DIREITO ANTITRUSTE: OS LIMITES DA ARBITRABILIDADE OBJETIVA DA MATÉRIA CONCORRENCIAL	753
	DANILO BRUM DE MAGALHÃES JÚNIOR	
I.	Introdução.....	753
II.	Das condições para submissão de um litígio à arbitragem: o conceito de arbitrabilidade da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996	755
III.	O sistema brasileiro de defesa da concorrência e a sua natureza imperativa na legislação brasileira.....	760
IV.	O <i>private litigation</i> antitruste na legislação antitruste brasileira.....	765
V.	Direito antitruste e arbitragem: arbitrabilidade objetiva do direito da concorrência brasileiro.....	768
VI.	Conclusão	779
	Referências.....	780
36.	MECANISMOS MODERNOS E O ACESSO À JUSTIÇA POR ARBITRAGEM NO MERCADO DE INFRAESTRUTURA	785
	LEONARDO CRIVANO REIS RODRIGUES	
	Introdução	785
A.	Mecanismos utilizados anteriormente à materialização da pretensão contratual.....	788

a.	Cláusula escalonada	788
b.	Importância das cláusulas destinadas à antecipação da produção de provas em projetos de infraestrutura	790
B.	Mecanismos posteriores à materialização da pretensão contratual	793
a.	Arbitragens expeditas	794
b.	<i>Third-party funding</i>	795
	Conclusão	796
37.	ACESSO À ARBITRAGEM PARA PRODUTORES RURAIS	799
	DANIELA BALLÃO ERNLUND E FELIPE BALLÃO ERNLUND	
1.	Introdução.....	799
2.	Arbitragem expedita não apenas como método de redução de custos.....	804
2.1	Árbitro único	807
2.2	Procedimento mais célere	808
2.3	Limitação da instrução e do número de provas	811
2.4	Redução de custos e taxas administrativas	812
3.	Financiamento de terceiros	813
4.	Conclusão	815
38.	ARBITRAGEM NOTARIAL	817
	DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO	
I.	Introdução.....	817
II.	Possibilidade jurídica da arbitragem notarial.....	818
III.	A sentença arbitral do tabelião.....	819
IV.	Emolumentos e gratuidade.....	821
V.	Cláusula compromissória em escritura pública.....	821
VI.	A popularização da arbitragem no interior do país: a relevância da <i>soft law</i>	822
VII.	Da possibilidade de inovação legislativa para competência extrajudicial...	824
VIII.	Da fiscalização pelo Poder Judiciário	825
IX.	Conclusão	826
	Bibliografia.....	827